

# INTERPRETANDO OS SINAIS DESTES TEMPOS AGITADOS

Pelo Pe. João Edênio Reis Valle

## **Síntese:**

O artigo faz um breve balanço do que ocorreu nos 40 anos que se passaram desde o Vaticano II. Considera válido e providencial o grande esforço realizado, mas aponta para os freios que foram sendo colocados à tentativa de se construir uma nova "figura histórica" de Igreja. Indicam-se alguns sinais presentes nos tempos de hoje. No fim é elencada uma série de problemas e desafios que se acumulam no horizonte histórico atual e exigem que a Igreja retome com coragem a obra encetada pelo Vaticano.

1. Pede-se que eu faça, juntamente com o Pe. José Comblin, um balanço prospectivo destes quarenta anos que decorreram desde o fim do Concílio Vaticano II, sem dúvida o evento mais marcante da vida da Igreja no século que apenas findou.

Julgo ser extremamente difícil fazer um balanço destes quatro agitados decênios que se passaram desde o dia em que o Vaticano II foi solenemente encerrado pelo Papa Paulo VI, aos 8 de dezembro de 1965. Mais difícil ainda me parece ser a tarefa de apontar com alguma segurança as perspectivas e os caminhos que a Igreja assumirá nos próximos decênios. Principalmente por estar ao lado de um profundo conhecedor e crítico da vida da Igreja, o Pe. José Comblin, sinto-me duplamente pequeno ante as exigências de tal tarefa. Quem viver, verá!

2. Minha modesta colaboração ao debate se fará em três pontos. No primeiro farei uma espécie de balanço, centrando-me na idéia de que o Vaticano II foi uma tentativa válida e necessária de busca de uma nova "figura histórica" para uma Igreja que demorou demasiado em aceitar os desafios das mudanças que haviam ocorrido no mundo, em especial após a Revolução Francesa e o advento da Modernidade. Pretendo dizer e mostrar, com isto, que o projeto do Vaticano II ainda não se definiu inteiramente.

No segundo ponto, apontarei para os sinais dos tempos (alguns) que me parecem atuar e condicionar com maior força a instituição católica hoje.

Finalmente, em um terceiro ponto, tentarei apontar para algumas perspectivas e linhas de força que me parecem plausíveis e prováveis, uma vez que marcam desafios e situações ainda não enfrentadas nas condições do mundo, que o Concílio, em 1965, dizia tornarem "urgente o dever da Igreja [ser] como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (LG 1).

## **I. Que figura histórica de Igreja?**

1. Na vida de uma instituição como a Igreja Católica, quarenta anos não contam muito, mesmo quando se vive em um "câmbio de épocas", como alguns historiadores gostam de dizer, referindo-se às polarizações e às rupturas históricas ocorridas ao longo de um século que começou em 1914 e terminou em 1989 (Hobsbawm). Ao fazer um

primeiro e sumário balanço destes quarenta anos pós-conciliares, constato que este período – apesar de sensacionais viradas históricas, como o surpreendente e rápido desmoronamento do socialismo real –, não mudou de todo o quadro oferecido pela Igreja, embora o tenha inegavelmente alterado. E alterado para melhor, no parecer abalizado de um conhecedor da Igreja, (1) que escrevia há vinte anos:

(...) o balanço apresenta-se positivo, e tanto a Igreja no Brasil como as Igrejas da América latina ganharam um rosto próprio, fizeram seu próprio caminho, consolidaram sua experiência eclesial, reataram as próprias raízes, produziram sua renovação tanto na vida das comunidades como dos religiosos e sacerdotes, principiaram a elaboração de uma reflexão bíblica e teológica que desse razão aos passos e à fé do povo.

Nos anos que se sucederam imediatamente ao Concílio, houve um ímpeto renovador bastante expressivo, que se fez sentir com especial força nos países de tradição ibero-americana. Ele soprou durante certo de tempo, mas cedo se fizeram sentir os freios acionados pela central eclesiástica romana, que, diga-se de passagem, nunca chegou a perder de todo o controle do que se passava nas demais Igrejas do mundo. Algo análogo se deu também em outras partes da Igreja. O Presidente da Conferência Episcopal da Alemanha, o Cardeal Lehmann, (2) falando desde uma perspectiva européia, divide em quatro fases os quarenta anos que nos separam do Concílio. O primeiro período, segundo ele, foi carregado de entusiasmo e otimismo. Durou pouco. Já nos anos 70 e 80 mudam os ânimos e as orientações dominantes. Começa um retrocesso em relação às esperanças suscitadas pelo Concílio. Acentua-se a tensão entre duas linhas de interpretação do legado conciliar: uma defendia como urgente pôr um freio ao processo desencadeado pelo Concílio, reafirmando a importância de se salvaguardar e manter a disciplina, bem como normas claras da instituição, para não se perder a unidade; a outra pensava que o mais conveniente seria acelerar as mudanças. Depois, pelas circunstâncias que caracterizaram a evolução global da Europa, veio uma fase de recuo interno que fez a Igreja parar. No momento, em uma quarta fase, estaria-se dando uma retomada.

2. Olhando criticamente para o passado recente da Igreja da América Latina, tenho a impressão de que boa parte das mudanças desejadas e necessárias estão ainda por se fazer. Não nego que muita coisa mudou, mas problemas essenciais mal chegaram a ter um primeiro e devido encaminhamento. Mudanças fortes, como as sugeridas pelas noções teológicas de Povo de Deus, vocação de todos à santidade, Igreja essencialmente missionária, Igreja comunhão e serviço, subsidiariedade, laicado, sacerdócio batismal de todos os batizados, papel da mulher na Igreja, Igreja dos pobres, Igreja local, colégio episcopal, presbitério e modalidades de ministérios ordenados, diálogo inter-religioso, reforma litúrgica etc., foram ficando no correr dos anos em um modesto segundo plano. Em seu lugar, paralelamente a algumas aberturas importantes (colegialidade episcopal e ministerial, movimentos laicais, maior presença da mulher, organizações pela base, Comunidades Eclesiais de Base – CEBs –, Bíblia na mão do povo, postura sócio-política crítica, inserção nos meios populares, vizinhança aos movimentos sociais, ética na política etc.) tivemos uma recentralização modernizante do grande aparelho eclesiástico. Prevaleram, neste movimento centrípeto, tendências modernizantes por vezes próximas à mentalidade que as organizações consideradas bem gerenciadas presidem. Tais desenvolvimentos, por um lado, permitiram à Igreja respirar e recuperar algum fôlego na nova sociedade e cultura pós-cristãs. Algo do prestígio gerado por essa feição “moderna” se viu por ocasião da morte do Papa João Paulo II e da eleição do novo Papa. Como raras vezes, o mundo parou para acompanhar sua doença e sem féretro. Nunca tantos presidentes e reis se reuniram em torno do esquife de um pontífice. Por outro lado, a Igreja teve que pagar pela relativa aceitação da parte de governos e dirigentes do mundo globalizado e pós-moderno, que, em sua ética e ação políticas, levam pouco ou nada em conta o que a Igreja prega e defende.

Na ação pastoral constata-se um recesso quanto às preocupações sociais e percebe-se um surto evangelizador neopietista e conservador, que conta com a simpatia e o apoio das autoridades centrais. Não é fácil discernir estes fatos e, menos ainda, dizer o que deles resultará no futuro próximo (digamos, dentro de vinte ou trinta anos).

3. Seja como for, o fato é que o quadro geral da Igreja de hoje não é o mesmo dos tempos pré-conciliares, que tive a oportunidade de viver, primeiro no Brasil e, durante os estudos de Teologia, na Europa do pré-Concílio. A transição está se fazendo muito lentamente. Resta um caminho empenhativo à frente. Tenho a impressão de que não se viabilizou aquilo que o Concílio tinha teologicamente em mente, mas que não podia perceber em sua realização histórica. O otimismo um tanto ingênuo dos anos que se seguiram ao Vaticano II e a Medellín no que se refere ao potencial transformador da Igreja já se esgotou há tempos, dando lugar ao desencanto e a uma relativa descrença quanto às possibilidades de uma renovação mais profunda. O julgamento a respeito do que está acontecendo e do que irá acontecer no futuro próximo não é unânime. Dentro (e fora!) da Igreja, forças contraditórias se contrapõem. Elas seguram a Igreja e colocam sua missão em uma encruzilhada histórica, cuja saída não pode ainda ser divisada claramente. Não falo de encruzilhada histórica apenas em um sentido metafórico. A Igreja se acha perplexa e sem respostas sobre os caminhos melhores a serem por ela historicamente trilhados, em fidelidade ao Evangelho. As motivações e as raízes do impasse a que aqui me refiro se situam na concretização da sua missão na atual conjuntura histórico-sociológica e cultural que o mundo vive hoje. Algo assim já foi vivido em outras circunstâncias da caminhada da Igreja. Aliás, tal situação de impasse e decisão é mais de uma vez indicada pelo Antigo Testamento. O Deuteronômio, por exemplo, menciona com especial ênfase a divergência dos caminhos que se oferecem ao Povo de Deus e exigem dele opções na linha da Aliança (cf. Dt. 5,31-32 e 6,4-9).

4. É preciso descrever melhor o que aqui estou chamando de “figura histórica” e de “encruzilhada”. Mais que na época de João XXIII, a figura de Igreja, reforçada do século XVI aos nossos dias, já não corresponde ao que ela precisa ser no mundo de hoje. Relatos, estilos, crenças e modelos vigentes no passado já não dão resposta ao que o mundo precisa ouvir. Não se trata de uma questão de “doutrina”. É uma questão de prática e testemunho vivos. Como resultado de tal situação, o mundo deixa de procurar na Igreja a luz e o sal de que tão dramaticamente carece, e a Igreja, por seu lado, se encapsula para dentro, ensimesma-se em vez de partir para um diálogo vital com o mundo que aí está.

O esvaziamento da figura histórica a que me refiro tem a ver com os paradigmas, (3) com os modelos, (4) com a identidade social (5) da Igreja, com sua realidade de instituição historicamente construída. A Igreja continua guiada e sustentada pela força do Espírito Santo, como em seus inícios (At. 15,23-29). O que lhe está faltando é uma linguagem e uma estrutura que lhe permitam ser uma expressão válida e reconhecível do Reino prometido por Jesus Cristo. Ou seja, ela não encontrou ainda o rosto novo que com tanto entusiasmo foi sonhado pelo Vaticano II. O psicólogo social falaria de uma crise de sua “identidade social”, entendendo dizer com este termo que existe na Igreja uma crise que abrange a instituição e o processo social (dados e condições psicossociais objetivos) pelo qual essa identidade se constrói.

Uma instituição social só possui uma figura histórica válida, se e quando ela tem visibilidade reconhecida e aceita por seus próprios membros e pelos membros dos demais grupos sociais aos quais ela se sente referida. Não se trata apenas de uma estrutura e de um funcionamento internos adequados e bem ajustados; nem se trata, menos ainda, da veracidade e da validade internas de que qualquer instituição humana carece para poder subsistir com algum sentido. Trata-se de sua alma, de seu princípio unificador e propulsor profundo. Em Teologia, chamamos este princípio de carisma, ou seja, no caso de nossa Igreja, do próprio Espírito de Jesus que lhe é gratuitamente doado

por Deus e sempre renovado segundo as contingências históricas em que ela realiza sua vocação de sacramento universal do Reino.

5. À época do Concílio, o Papa João XXIII teve a clara intuição de que era preciso perscrutar com enorme humildade os “sinais dos tempos” para corresponder ao que o Espírito estava dizendo à Igreja. De alguma maneira, ele percebia que a configuração histórica até então vigente e até absolutizada pelas suas lideranças tinha um valor apenas relativo. Ela resultava de contingências e convergências que a foram plasmando ao longo de muitos séculos. Foi através desses condicionamentos bastante concretos que a Igreja deixou a formatação judaica, que a caracterizou até o surgimento das comunidades paulinas, e assumiu, pouco a pouco, uma feição adequada à cultura e ao pensamento greco-romanos. Depois, na baixa e alta Idade Média, vieram os ciclos históricos ligados aos povos chamados de bárbaros, cada um dos quais deixou sua marca no catolicismo que chega a Trento, fruto de um formidável processo sincrético. Com o Renascimento e as grandes descobertas, novos aspectos foram incorporados às concepções, às crenças e aos costumes da Igreja. A modernidade, em especial após o século XVI, foi o pano vermelho que fez a instituição Igreja se fechar como num casulo, julgando ser seu dever evangélico condenar e/ou ignorar os sinais que a história lhe apresentava.

O efeito final do longo processo de fechamento (6) que vai de Trento ao Vaticano II foi a perda de plausibilidade da Igreja no e para o mundo. Vacilou sua identidade social. Entrou em crise a figura com que a Igreja Católica Apostólica Romana havia se apresentado e pela qual havia sido reconhecida através de séculos. As expressões que tornavam vivo o seu carisma de Boa-Nova haviam envelhecido e se petrificado. Como resultado, vieram a fragmentação e a busca de reformas dentro do mundo cristão. Foi o processo que criou o fosso entre a fé e a cultura, como inúmeras vezes sublinharam Paulo VI e João Paulo II. Um teólogo inglês dizia, pouco tempo atrás, que a Igreja dos séculos XIX e XX continuava dando as mesmas respostas, em si certas e válidas, só que não mais para as perguntas que o mundo e os próprios católicos (os ministros ordenados, os religiosos e as religiosas, os homens e as mulheres que vivem na mesma comunidade eclesial) estão de fato fazendo. E completava dizendo que a solução adequada não está em defender a qualquer custo a instituição e seus modelos. Como em todas as outras grandes crises e purificações pelas quais passou, o que a Igreja deve fazer é voltar radicalmente à sua vocação primeira e fonte: o Evangelho e a Pessoa de Jesus.

Na mesma direção vai a fala de um teólogo brasileiro: “o que está em jogo não é esse ou aquele elemento isolado, é o projeto de vida da Igreja em sua totalidade”.(7) Segundo o mesmo teólogo, a postura paradoxal (para a lógica do mundo) que o Evangelho aponta para a Igreja, e que no fundo o mundo lhe pede, é a exodal e kenótica: para voltar a ser sinal e reconstruir sua identidade teológica, espiritual e social, a Igreja deve volver ao que sempre foi, a via do povo de Deus, ao que é seu dom carismático fonte, recebido e a ser transmitido: a fé. A exemplo do patriarca Abraão, ela deve deixar a terra segura em que plantou sua primeira esperança e partir, alentada pela força da Promessa, para o futuro que a Deus pertence, mas que só se constrói pela encarnação na história da humanidade.

## **II. Sinais dos tempos: provocações do Espírito**

João Paulo II assumiu, em seu vocabulário, uma expressão que prefiro à de “sinais dos tempos”, por me parecer mais forte e mais adequada aos tempos em que vivemos, quarenta anos passados do Pentecostes conciliar dos anos 60 e 70. Ele falava da necessidade de perceber e responder às provocações que o Espírito Santo está fazendo à Igreja. Tal modo de falar me lembra o de Lucas no início de sua narrativa do caminho evangelizador de Jesus (cf. Lc 4,1-2). Ou seja, para mim, os sinais tão carregados de contradições que podemos ver nos tempos atuais são uma “pro-vocação” que o Espírito faz a toda a comunidade de discípulos e discípulas, convocados pela Palavra de Deus. Este neologismo tem uma densidade teológica e bíblica evidente, mas é significativo

também do ponto de vista daquele ângulo histórico-sociológico que estou dando à expressão “figura histórica da Igreja”, e que, penso, João XXIII dava ao termo “sinais dos tempos”, usado também por Jesus.

Refletindo um pouco sobre alguns destes sinais ou provocações do Espírito à Igreja que caminha pelo século XXI adentro, pensei em levantar aqueles que me parecem mais importantes em nossos dias. Podemos lê-los na seqüência do que a *Gaudium et Spes* nos quis dizer em vários de seus capítulos, inovando de todo o modo de falar do magistério da Igreja (cf. GS, n. 47-512). É um modo de falar retomado também por João Paulo II na *Redemptoris Missio*, ao falar de “novos areópagos” (RM, n. 37). Penso que, no espírito da GS (n. 333s), vale a pena tomar a sério cada um desses sinais e todos eles em seu conjunto, sabendo que existe uma íntima conexão entre o desígnio salvífico de Deus e o que se passa na história.

1. O primeiro grande sinal que nos é dado foi batizado, no vocabulário de nossa Igreja do Brasil, com o nome de globalização neoliberal. Sobre as duas vertentes (a globalização, de um lado, e a forma neoliberal adquirida pelo neocapitalismo, de outro), muito já se escreveu. Vejo-as como profundamente imbricadas uma na outra. Saliento aqui três aspectos que mexem mais de perto com a dimensão social que faz parte essencial da evangelização:

a) o caráter avassalador da implantação da economia de mercado com suas poderosas tecnologias de controle da produção e do consumo;

b) a lógica perversa e inexorável deste sistema, que leva à concentração da riqueza em todas as suas modalidades e à exclusão dos pobres do mundo inteiro;

c) a capacidade do novo sistema de atuar no plano da ideologia e do amoldamento cultural da população mundial, gerando uma espécie de “homo globalis”, cuja subjetividade está condicionada por valores e mitos do consumo imediato e por interesses privados dos indivíduos, dos grupos e das organizações humanas em geral.

2. Um segundo sinal é o da migração de povos inteiros, de um a outro lugar da terra, em busca de um lugar ao sol. Não se reduz o fenômeno a aspectos geográficos apenas. São dezenas de milhões os “deslocados” de todos os tipos no Brasil e na América Latina. As cidades brasileiras estão inchadas. As periferias geográficas e sociais explodem em variadas e novas formas urbanas de miséria, resistência e indignação. Existem hoje, nos Estados Unidos, um número crescente de brasileiros clandestinos e ilegais (fala-se em dois milhões). O mesmo se dá na Europa e no Japão. É uma migração que se observa também no plano dos comportamentos, das ideologias e dos valores.

3. Um terceiro sinal, que mereceria larga atenção, é o da descartabilidade e da provisoriedade de tudo. Há uma “mcdonaldização” de tudo; tudo passa a ser visto em função de sua utilidade imediata e do uso eficiente e rápido (além de lucrativo para quem é dono da fórmula vendida no mercado). O que exige solidariedade e cuidado com a casa de todos (a ecologia, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso), o que pede sacrifício, abertura ao outro e horizontes voltados para um futuro novo e um “mundo diferente e possível” a ser construído dificilmente medra num tal clima cultural. Além disso, ele neutraliza a carga contracultural que o Evangelho, por seu caráter escatológico, traz em seu interior.

4. Um quarto sinal vem do que se passa no mundo das religiões. Sobem a dezenas de milhões os que mudaram de religião nos últimos dez ou vinte anos no Brasil. Seriam cerca de quatrocentos milhões os neopentecostais existentes no mundo, comprovando a existência de uma busca de espiritualidade em todos os países e em todos os segmentos da população. Nas classes de extração popular, o vazio religioso se expressa em termos distintos dos observados nas classes médias. As faixas etárias de meia-idade, tanto ou mais que os jovens, estão em busca de um sentido para o existir. As religiões e a

espiritualidade orientais são apresentadas pela grande mídia como uma possível solução. Elas avançam nas classes médias espiritualmente abandonadas e carentes. Há também um número cada vez maior dos que se dizem “sem religião”. Não sem razão, a Igreja Católica começou a falar da urgência de uma “catequese com adultos”.

Sem o pano de fundo do que aqui chamo de “migração”, não se pode compreender o caráter “nômade” e “ecclético” das novas formas de busca presentes nas sociedades em praticamente qualquer lugar do mundo. Também a formação política e a responsabilidade social sofrem os efeitos anômicos e conflitivos desta “terra de ninguém”, onde a voz de comando é a dos que dominam os veículos de comunicação de massa. Sem raízes, uma pessoa não possui dignidade e uma sociedade não pode falar de direitos. Tampouco o Evangelho pode dar todos os frutos de vida que fazem dele uma Boa-Nova. Ao contrário, ele tenderá a ser ideologicamente desviado em função dos sonhos de “prosperidade” e bem-estar de cada um, como se vê fora e dentro de nossa Igreja.

5. Um quinto sinal que julgo de formidável influência sobre a Igreja Católica do século XXI é o que pode ser designado como a passagem da fase europeia do cristianismo para uma fase em que as “gentes” irão paulatinamente assumindo em especial a Igreja Católica. W. Bühlman (8) já advertia, pouco após o Concílio, para esta fundamental mudança de eixo. Para ele, esta passagem representa uma das chaves de leitura mais importantes para se olhar o futuro da Igreja Católica e do cristianismo. Cada vez mais, é no antigo chamado “Terceiro Mundo” que as Igrejas cristãs ganham espaço. No interior da Igreja Católica, mantidas as tendências atuais, sacerdotes e religiosos/as serão brevemente, em sua maioria, provenientes da Ásia, da África e da América Latina. Como trabalhar com lucidez esta “deseuropeização” do cristianismo? Essa é uma temática que mal aparece no Vaticano II, embora este tenha sido o primeiro Concílio moderno em que se fez sentir a voz da África e da Ásia. Especialmente em sua fase final, quando as Igrejas do “Terceiro Mundo” foram conquistando uma visão mais clara de sua realidade e de sua identidade, essa voz e essa língua própria dos que antes eram o objeto das “missões além-fronteiras” se fizeram ouvir com força cada vez maior. No contexto do amanhã, não bastará falar de “inculturação”, no estilo de benevolência e concessão usado até agora pela Igreja. Em breve, o diálogo com as culturas e as religiões, bem como a opção pelos pobres e os compromissos sociais da fé cristã, se fará desde pontos de vista inéditos. A fase em que o lugar europeu definia o todo será questionada e complementada por outros pólos culturais que não os das tradições forjadas no e pelo Ocidente europeu e cristão.

### **III. Perspectivas e linhas de força**

As perspectivas aqui mencionadas têm em vista a construção de uma nova figura de Igreja. Não se está afirmando que tudo será novo no sentido revolucionário que a palavra “novo” tinha nos anos 60 e 70. No entanto, o novo de que se fala aqui, como possível e necessário (por causa do Evangelho), não prescinde de uma visão histórica em que o avanço se dá através também de conflitos. O Reino padece violência, e são os violentos os que o arrebatam. A violência, além do mais, se inscreve na maneira como a realidade social se construiu, quase sempre pela via da dominação.

Além disto, é preciso deixar claro que a Igreja não precisa de mais documentos e pronunciamentos. Já os possui bons e em número mais que suficiente. O que falta é uma práxis cristã nova em um mundo que deixou para trás as concepções judaico-cristãs que durante um milênio e meio presidiram a história e a cultura do Ocidente. No mundo plural e globalizado, outra deve ser essa práxis e outro o testemunho evangélico.

#### **1. Quatro pistas normativas para o futuro**

Para responder aos sinais dos tempos vejo quatro pistas como decisivas. Considero-as fundamentais para uma nova práxis evangelizadora de Igreja no século XXI

- É preciso abandonar as posições do poder e voltar à prática de um diálogo profético com os pobres, as religiões e as culturas.
- É preciso favorecer a criação de comunidades vivas e participativas que sirvam de base para a prática cotidiana da fé e do testemunho. Elas poderão aos poucos substituir as estruturas paroquiais, que devem permanecer só como espaços de apoio e coordenação.
- É preciso, para se colocar de maneira social e politicamente clara do lado dos pobres e oprimidos da história, rejeitar alianças e conivências espúrias com poderes que oprimem e negam os valores do reino.
- Finalmente, é preciso retomar uma práxis na qual a Palavra de Deus seja efetivamente a fonte – escutada e partilhada – da vida da comunidade cristã. Sem essa escuta fiel e permanente da Palavra, a Igreja não poderá nem guardar o que recebeu do Senhor através da mediação das gerações de fiéis e pastores (DV 174), nem ser sacramento de vida, nem criar a figura histórica que se faz imprescindível para que “o mundo inteiro, ouvindo, creia, crendo espere e esperando ame” (DV 1).

2. A evangelização vista desde esta perspectiva tem algumas facetas que merecem resalto

- A proclamação da Boa-Nova – que é Jesus Cristo – passa antes de tudo pelo testemunho de vida da comunidade de fé.
- O Anúncio pede mensageiros que vão ao encontro, saindo das posições cômodas que sempre representaram a grande tentação deles e da Igreja enquanto instituição. O anúncio como o anunciante são samaritanos, bem na linha do que Jesus mostra na parábola (cf. Lc 10,29-37).
- A evangelização exige uma visão crítica das condições históricas, econômicas e sociais da sociedade em que ela é feita.

3. Menciono, para terminar, muito telegraficamente, algumas urgências que vejo como decorrentes da grande utopia que o Vaticano II apresentou à Igreja

- há uma fenda crescente entre o Evangelho e a cultura que alguns chamam de pós-moderna; este é um desafio imenso para a Igreja evangelizadora.
- Há um contencioso dentro da própria Igreja, uma espécie de agenda oculta que inclui temas importantes sobre os quais há proibições que, longe resolver as questões pendentes, as tornam mais agudas. O sonho de “comunhão e participação” (Puebla) está por se concretizar. Ele passa pela discussão honesta e aberta de todos os pontos de vista que não põem em risco o que é irrenunciável na Traditio evangélica; vetar sua discussão é favorecer o divórcio entre fé e cultura acima mencionado.
- Há necessidade de aceitar a fragilidade e a vulnerabilidade da própria Igreja, despindo-se de posições de arrogância e auto-suficiência. A Igreja é de fato pecadora e santa, como o reconhece a *Lumen Gentium* (n. 8) e o confessou publicamente o Papa João Paulo II em um momento solene e profundo das comemorações do advento do novo milênio cristão. A certeza, que é sinal de força e de verdade, é a que Paulo nos apresenta na Primeira Epístola aos Coríntios:

“(…) estive entre vós cheio de fraqueza, receio e tremor, minha palavra e pregação nada tinham da persuasiva linguagem da sabedoria, mas eram uma demonstração de espírito e poder, a fim de que a vossa fé não se baseie na sabedoria dos homens, mas no poder de Deus”.

4. Termino com uma consideração pessoal que venho fazendo, já há alguns anos, ao observar o que vi e vivi como presbítero da Igreja Católica, em uma vida inteira passada e sonhada na perspectiva do que o Concílio Vaticano II despertou no coração da Igreja.

Se, de um lado, ao fazer um balanço desses meus quarenta e mais anos, sou obrigado a dizer que parte daqueles sonhos não se verificou, por outro, não posso deixar

de reconhecer que a Igreja caminhou. Neste entretanto, ela chegou a um patamar que torna viável levar a bom termo a construção de uma nova figura histórica da Igreja, segundo as grandes linhas de renovação propostas pelo Vaticano II. Viável não significa fácil. Ter um patamar não quer dizer que já se tem a construção. Minha convicção é a de que há duas vias possíveis à nossa frente. Ambas levariam adiante a utopia do Concílio. Uma seria a de usar este patamar para traduzir em ação as respostas pendentes ainda não dadas ao que o Concílio propôs. A outra seria a de que a Igreja se reunisse de novo em um grande e verdadeiramente “ecumênico” Concílio para, no mesmo espírito do Vaticano II, retomar as questões ainda sem resposta e as novas que se levantam hoje, em busca de encaminhamentos para uma Igreja de Jesus Cristo que fosse capaz de sinalizar verdadeiramente ao mundo atual a Boa-Nova do Reino. Se este Concílio recebesse o nome de “Vaticano III” ou de “Manila I”, isso talvez seja até secundário. O importante é que mostrasse a todos os povos do mundo que Jesus é mensagem de vida ontem, hoje e sempre.

---

## Notas

1. José Oscar BEOZZO (org.), O Vaticano II e a Igreja latino-americana, Paulinas, São Paulo 1985, p. 13.
2. A fonte imediata que tenho em mãos sobre o pensamento, bastante conhecido, do Cardeal K. Lehmann, vem do artigo de Manoel GODOY, Concílio Vaticano II: balanço e perspectivas à luz dos seus 40 anos, em: REB 66 (2005) 591.
3. Cf VV.AA., Teologia e novos paradigmas, Soter e Loyola, São Paulo 1996.
4. Cf. Edênio VALLE, Que futuro para a vida religiosa no Brasil? – Reflexões em torno da virada do milênio (Cadernos de Vida Religiosa, 2), Santuário, Aparecida 1998.
5. Cf IDEM, ibidem, p. 44s; J. GRINDEL e S. PETERS, Religious Life Issues in a Time of Transition, em: Review for Religious, 2 (1992) 267–275.
6. É importante ter presente que o catolicismo brasileiro foi “reformado, após o Vaticano I, em uma linha conservadora e fechada. A Igreja do Brasil que chega ao Vaticano II é caracterizada pela “restauração” e a “romanização”, levada a cabo de modo sistemático após a Proclamação da República (1889). Cf. Riolando AZZI, A neocristandade: um projeto restaurador, Paulus, São Paulo 1994.
7. Cf. Carlos PALACIO, O sacrifício de Israel: uma parábola da vida religiosa, em: Convergência 123 (1992) 359-376.
8. Walter BÜHLMANN, The Coming of the Third Church: An Analysis of the Future of the Church, Orbis Books, Mariknoll/New York 1977.

---

Fonte:

<http://www.itf.org.br/index.php?pg=conteudo&revistaid=6&fasciculoid=167&sumarioid=2381>